



**A ABORDAGEM DA NOVA PRAGMÁTICA: DESDOBRAMENTOS E
CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**NEW PRAGMATICS APPROACH: DEVELOPMENTS AND CONTRIBUTIONS
FOR LANGUAGE STUDIES**

Monique de Mesquita Lessa ¹

RESUMO

O campo de estudos pragmáticos se consolidou no século XX como a área que investiga a relação dos signos com os intérpretes. Entre as propostas de abordagem pragmática mais difundidas, está a Teoria dos Atos de Fala, desenvolvida por Austin (1962) e retomada por Searle (1969). No século XXI, uma nova abordagem pragmática foi introduzida por Rajagopalan (2010), que propõe uma releitura da obra de Austin e o rompimento das amarras que limitavam a sua proposta original. A leitura searliana da obra de Austin consiste, principalmente, em uma proposta de classificação dos atos de fala. Já a nova proposta distingue-se pela adoção de uma perspectiva crítica, pelo interesse em analisar as conotações político-ideológicas associadas aos fenômenos da linguagem, e pelo caráter transdisciplinar, estabelecendo relação com diferentes áreas das Ciências Humanas. Desse modo, este artigo visa comentar o surgimento e os princípios da Nova Pragmática, assim como as suas principais contribuições para a Linguística e para a compreensão dos fenômenos discursivos e sociais.

Palavras-chave: Nova Pragmática. Linguística. Discurso.

ABSTRACT

The studies in pragmatics were established in the 20th century as the area that investigates the signs/interpreter's relationship. Among the most widespread pragmatic approaches is the Speech Act theory, developed by Austin (1962) and

¹ Doutoranda e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2018). Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (2015). Tem experiência nas áreas da Linguística e Comunicação, com ênfase em Análise de Discurso Crítica. E-mail: monique.m.lessa@gmail.com

resumed by Searle (1969). In the 21st century, a new pragmatic approach was introduced by Rajagopalan (2010), who suggests a rereading of Austin's work and the disruption of the ties which have limited his original approach. Searle's reading of Austin's work mainly consists of speech acts classification proposal. The new proposal is distinguished for adopting a critical perspective, the interest in analyzing the political and ideological connotations related to language phenomena, and the transdisciplinary character, which dialogues with different areas of Humanities. Therefore, this paper aims to comment on the emergence and the principles of New Pragmatics, as well as its main contributions to Linguistics and to the discursive and social phenomena's understanding.

Keywords: New Pragmatics. Linguistics. Discourse.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento e o desenvolvimento de conceitos, abordagens e metodologias científicas não são processos lineares e naturais, são percursos diretamente influenciados por questões políticas e pelo contexto social em que são apresentados (RIESTRA, 2018). Por esse motivo, a produção científica de uma determinada época não pode ser vista como neutra e atemporal. Novas abordagens e paradigmas surgem a partir de movimentos, necessidades e discussões contemporâneas, com o objetivo de atender às demandas e oferecer explicações – ou pelo menos interpretações bem fundamentas – acerca dos fenômenos naturais e sociais.

Com base nessa reflexão, este artigo tem como objetivo traçar um breve percurso histórico referente à consolidação do campo de estudos pragmáticos e ao resultante surgimento da abordagem da “Nova Pragmática”. Da mesma forma, pretende-se discutir o que diferencia essa abordagem da perspectiva pragmática tradicional e comentar suas contribuições para o desenvolvimento de novas pesquisas nos campos de estudos do discurso e da linguagem.

Para sistematizar essa discussão, o primeiro tópico do artigo se ocupa do percurso histórico da Pragmática, enfatizando seu desenvolvimento no campo dos estudos linguísticos. Em seguida, são apresentados os acontecimentos e motivações que levaram ao surgimento da Nova Pragmática, assim como seus pressupostos e objetivos centrais. O último tópico discute as implicações e desdobramentos da nova abordagem pragmática para os campos dos estudos do discurso, linguísticos, e para as Ciências Humanas em geral.

2 O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DE ESTUDOS PRAGMÁTICOS

A consolidação da Linguística como ciência é tradicionalmente associada ao aparecimento da noção de língua como sistema, ou estrutura, e ao surgimento do método sincrônico de análise, princípios estabelecidos pelo estruturalismo saussuriano no início do século XX. Tais preceitos, somados à influência do pensamento positivista, orientaram, durante décadas, o desenvolvimento de estudos sobre a linguagem humana. Esses estudos se ocuparam, principalmente, de aspectos internos do sistema linguístico, como a descrição de morfemas e suas regras de combinação.

A ampla adesão ao estruturalismo linguístico e a forte influência do pensamento positivista nas universidades foram fatores que motivaram a visão da Pragmática como a área encarregada das “sobras” das áreas mais “nobres” e “sérias” da Linguística – a saber, a sintaxe e a semântica –, uma vez que essa buscava relacionar fatores externos ao sistema linguístico à sua estrutura interna.

Embora pouco repercutidas, nas décadas de 1920 e 1930 – mesma época em que os estudos de orientação formalista se difundiam –, também surgiram novas abordagens que associavam a linguagem a elementos extralinguísticos. Jakubinskij introduziu a noção de *fala dialogal*, ou *diálogo*, como uma forma direta de interação verbal, cuja análise deve englobar o propósito comunicativo e o papel da percepção visual e auditiva do interlocutor nessa interação (IVANOVA, 2011).

Influenciado por Jakubinskij, Voloshinov entende o diálogo como parte da análise da comunicação verbal e observa a sua relação com o enunciado. Todavia, diferencia-se de seu antecessor por considerar a ideia de que um enunciado é produzido por uma situação extralinguística, o que o levou a formular a noção de contexto extralinguístico, que inclui “o espaço comum dos participantes, o conhecimento partilhado, a compreensão da situação e sua apreciação comum dessa situação.” (IVANOVA, 2011, p. 249).

Os postulados e métodos de análise desenvolvidos por esses autores russos são apontados por Ivanova (2003) como precursores de um novo ramo da Linguística que, na segunda metade do século XX, passaria a ser chamado de Pragmática. As contribuições desses autores, no entanto, só foram reconhecidas no início do século XXI, por razões de ordem geopolítica e ideológica, discutidas por Riestra (2018).

De que maneira então a Pragmática era entendida no século passado? Em primeiro lugar, é necessário ter em mente que a perspectiva pragmática não se limita ao campo da Linguística. Sua origem está ligada ao Pragmatismo Filosófico e à Filosofia da Linguagem – que teve B. Russell e L. Wittgenstein como principais expoentes – e, portanto, foi desenvolvida em diferentes áreas de estudos. Todavia, neste artigo, focalizaremos o desenvolvimento dos estudos pragmáticos no campo da Linguística.

A definição clássica de Pragmática remonta a Morris (1938), responsável por delimitar essa área de estudos linguísticos. Sobre a contribuição desse autor, Silva, Alencar e Ferreira (2014, p. 20) comentam:

Morris colocou a pragmática numa tríade juntamente com a semântica e a sintaxe, definindo as três nos seguintes termos: a sintaxe lida com as relações formais entre os signos; a semântica estuda a correspondência entre os signos e seus referentes no mundo; e a pragmática investiga a relação dos signos com os intérpretes.

Com base na proposta de Morris, pode-se dizer que a pragmática investiga tipos de conhecimento presentes em usos da linguagem que ultrapassam as regras de sintaxe e semântica. Tais usos não demandam apenas habilidades verbais dos falantes, mas o domínio de uma ampla variedade de capacidades sociocognitivas (OLIVEIRA, 2010).

Atualmente, semântica e pragmática são diferenciadas pelo fato de que a primeira estuda o significado a partir das condições de verdade das sentenças, enquanto a segunda investiga o significado como uma manifestação da intenção do falante (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014). A perspectiva pragmática, de modo geral, entende que os usos da linguagem são comportamentos intencionais, isto é, possuem motivos que nos permitem compreendê-los e suscitam perguntas do tipo: “Como?”, “Por quê?”, “Com qual finalidade?” (OLIVEIRA, 2010).

Para investigar esses comportamentos, diferentes abordagens pragmáticas foram desenvolvidas: a abordagem acional (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969, 1979), a abordagem indicial (LEVINSON, 1983), a abordagem conversacional (BROWN; LEVINSON, 1987; GRICE, 1990), a abordagem persuasiva (AMOSSY, 2006) e, mais recentemente, a Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010), foco deste artigo.

Por estar diretamente relacionada ao surgimento da Nova Pragmática, é necessário comentar a abordagem acional. O principal representante dessa

abordagem, J. L. Austin, elaborou a Teoria dos Atos de Fala. Essa teoria parte da noção básica de que os constituintes elementares do uso e da compreensão da linguagem são *atos de fala*, que não podem ser classificados como verdadeiros ou falsos, e sim como possuindo (ou não) condições de sucesso e de felicidade, uma vez que existem senão para fazer.

Inicialmente, Austin propôs distinguir os atos de fala como *constativos* – aqueles que descrevem fatos e eventos – ou *performativos*, utilizados para realizar algo. No entanto, “Austin logo percebeu que essa dicotomia era inadequada, uma vez que o constativo tem também uma dimensão performativa, isto é, descrever é também um ato que realizamos e que pode ser bem ou mal sucedido.” (MARCONDES, 2003, p. 27). Desse modo, Austin concluiu que os enunciados são, invariavelmente, performativos.

Os enunciados performativos são dotados de força, que pode ser de dois tipos: força ilocucionária e força perlocucionária. Esses tipos distintos de força resultam da tripartição do ato de fala: 1) ato locucionário, que corresponde à dimensão linguística propriamente dita, isto é, ao ato de dizer algo; 2) ato ilocucionário, considerado o núcleo do ato de fala, consiste na realização de um ato ao dizer algo; 3) ato perlocucionário, que produz um efeito sobre o interlocutor (PINTO, 2002).

A combinação das intenções do falante com as convenções sociais promove as condições pressupostas para a realização dos atos de fala. Desse modo, a satisfação dessas condições determina o sucesso ou fracasso da realização do ato (MARCONDES, 2003). As intenções são subjetivas – embora estejam relacionadas às práticas sociais – enquanto as convenções são de natureza social e variam em grau de formalidade de acordo com a situação. Um julgamento em um tribunal, por exemplo, possui convenções mais formais e restritas do que as existentes em uma roda de conversa entre amigos, “Mas em ambos os casos as convenções estão presentes, e os falantes estão seguindo regras, normas, procedimentos habituais, com variados graus de formalidade, porém constitutivos de suas formas de conduta” (MARCONDES, 2003, p. 28).

Dessa maneira, a discussão acerca dos elementos de ordem subjetiva (intenções) e social (convenções), assim como a relação entre esses elementos, que determinam a realização do ato de fala, tornou-se central para o desenvolvimento dessa teoria. Searle (1979) buscou desenvolver essa discussão ao sugerir uma nova classificação dos atos ilocucionários em cinco tipos: assertivo, compromissivo,

diretivo, declarativo e assertivo. Além disso, também propôs sete componentes da força ilocucionária: objetivo ilocucionário, modo de realização, condição do conteúdo proposicional, condição preparatória, condição de sinceridade e grau de força da condição de sinceridade.

Segundo Marcondes (2003), a proposta de Searle de caracterização dos componentes da força ilocucionária visa tratar os elementos intencionais e convencionais que constituem o ato de fala de forma mais elaborada, uma vez que busca reconhecer o papel de cada um desses componentes na constituição da força ilocucionária.

As formulações de Searle foram reconhecidas como algumas das mais relevantes para o desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala. Contudo, a leitura searleana da obra de Austin causou inquietação, de modo particular, no linguista K. Rajagopalan, que propôs uma nova abordagem pragmática, discutida no tópico a seguir.

3 A NOVA PRAGMÁTICA

Rajagopalan (2014) observa que, nos últimos anos, a área da pragmática tem atraído um número cada vez maior de pesquisadores e, como consequência, novas propostas e abordagens mais ousadas e inovadoras têm surgido. Entre essas novas abordagens, encontra-se a Nova Pragmática, proposta desenvolvida pelo próprio Rajagopalan, com o objetivo de romper definitivamente com a visão da pragmática como uma área secundária da Linguística, subordinada à semântica.

Para compreender a proposta do autor, é necessário comentar sua inserção na área de estudos pragmáticos: em 1982, duas décadas após o lançamento da obra mais célebre de Austin, *How to do things with words*, Rajagopalan defendeu a sua tese de doutorado, intitulada *Negation and Denial: a study in the Theory of Speech Acts*, e, desde então, dedica-se ao desenvolvimento de uma nova abordagem pragmática, baseada na radicalização da visão performativa da linguagem em Austin (ALENCAR; FERREIRA, 2016).

Rajagopalan (2014, p. 13) define a sua abordagem da seguinte maneira:

A Nova Pragmática nada mais é do que a fase da Pragmática que conseguiu se desvencilhar das velhas amarras herdadas de outros tempos, que impediam os pesquisadores de encarar a linguagem com todas as complexidades que ela apresenta sem lhes dar costas

ou simplesmente menosprezá-las em nome de aperfeiçoamento da teoria.

O rompimento das “velhas amarras” consiste, portanto, em um princípio que orienta essa abordagem. Porém, isso não implica em dizer que, para Rajagopalan, os estudos pragmáticos que vinham sendo desenvolvidos até então não possuíam seus méritos. O que o autor propõe é uma nova leitura desses estudos, pois considera que as interpretações e desdobramentos mais difundidos não assimilaram a essência das propostas percursoras da área de estudos pragmáticos.

Alencar e Ferreira (2016, p. 615) definem o pensamento de Rajagopalan como “crítico” e “de resistência”, uma vez que “polemiza o monopólio do saber sobre alguns temas que se tornaram canônicos nos estudos da linguagem”. As autoras acrescentam que essa postura está associada à própria trajetória de Rajagopalan:

A experiência da infância e da adolescência na Índia, ex-colônia inglesa, em um ambiente familiar trilingue; a vivência da diáspora indiana; a naturalização em um país como o Brasil, marcado pela colonização portuguesa, pela dizimação de populações e línguas ameríndias, pela exploração dos escravos africanos e pelo racismo silenciado imposto aos afrodescendentes, legaram ao linguista indiano-brasileiro um construto identitário forjado no “dilema das subjetividades formadas na diferença colonial” (Mignolo, 2005: 81). (ALENCAR; FERREIRA, 2016, p. 615).

O dilema vivenciado pelo autor repercute em sua obra, caracteriza por um forte engajamento político e pelo questionamento dos monopólios do saber estabelecidos no campo dos estudos linguísticos e pragmáticos.

O ponto de partida teórico para a proposta da Nova Pragmática é a leitura da obra de Austin e, por conseguinte, a crítica ao desdobramento mais difundido da Teoria dos Atos de Fala, desenvolvida por Searle, “que sistematizou a teoria dos atos de fala de tal forma que a reintegrou ao reducionismo e ao formalismo da tradição analítica” (ALENCAR; FERREIRA, 2013, p. 272).

Rajagopalan se debruça sobre as contradições e incompatibilidades entre a proposta original de Austin e os desdobramentos realizados por Searle. Na obra em que formaliza a sua proposta, o autor comenta:

A diferença entre as duas formas de ler Austin é gritante. A leitura não searlina de Austin encontra cada vez mais aceitação em áreas como a sociologia e a antropologia e, aos poucos, vai ganhando entusiastas no campo da linguística. Decidi dar o título de *Nova pragmática* a este livro para designar a leitura não searlina, por entender que as

diferenças são irreconciliáveis e análogas às que levaram Richard Rorty a nomear com o prefixo “neo” seu modo de encarar o pragmatismo, em oposição à tradição inaugurada por Peirce (RAJAGOPALAN, 2010, p. 18-19).

Dessa maneira, o autor define a Nova Pragmática, a princípio, como uma leitura não searlina da obra de Austin, pois considera que Searle, ao sistematizar a Teoria dos Atos de Fala, realizou um engessamento da proposta original. Alencar e Ferreira (2016, p. 619) comentam que Rajagopalan nos instiga a nos libertarmos da apropriação de Austin feita por Searle, “reconhecendo a pujança do pensamento austiniano para pensarmos outras questões sobre linguagem trabalhadas por Austin e não as consideradas por Searle”, como as questões de ética e política que são refratadas pela abordagem pragmática hegemônica, advinda do trabalho de Searle.

Porém, o reducionismo da proposta austiniana não foi empreendido apenas por Searle, assim, Rajagopalan (2010, p. 23) estende sua crítica:

[...] a maioria das teorias ditas pragmáticas se dedicam à tarefa de delimitar, circunscrever, ou até mesmo cercear ou imobilizar a prática linguística ao invés de descrevê-la ou explicá-la. Isto é, a grande maioria de teorias que estão por aí tem como meta colocar a prática linguística numa camisa de força. O objetivo é tornar tudo previsível, regado, inteiramente regido por regras determinísticas. O resultado, com frequência, é a transformação da prática linguística em algo totalmente diferente, até irreconhecível, levando-se em conta o fato amplamente reconhecido tanto pelos peritos no assunto como pelos leigos, de que a prática linguística se distingue pelos tropeços acasos, imprevisibilidades e singularidades [...].

O engessamento da prática linguística, criticado por Rajagopalan, é realizado, entre outros aspectos, por meio de construtos como significado, intenção e contexto, considerados “entidades teóricas *a priori*, bem delimitadas e circunscritas, as quais o/a pragmaticista irá meramente descobrir ou verificar na interação” (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 27). Desse modo, a Nova Pragmática propõe a desconstrução desses construtos e a adesão de novos princípios.

Todavia, cabe ressaltar que esses conceitos não são completamente abandonados, a mudança se dá na forma como são abordados. Significado, intenção e contexto são não tratados como hipóteses, isto é, noções previamente formuladas pelo pragmaticista que serão confirmadas (ou não) pela análise da interação, mas são percebidos e compreendidos por meio da observação de suas relações com a prática social.

A noção de performatividade, introduzida por Austin, é também fundamental para compreender e fundamentar a nova abordagem pragmática. “Austin mostrou que a linguagem sempre foi e sempre será performativa, no sentido de ser ação, movimento, forma de vida humana e não uma ferramenta produzida apenas para descrever a realidade” (ALENCAR; BONFIM, 2012, p. 101).

Além do compromisso com a visão performativa da linguagem, ao longo de sua trajetória acadêmica, Rajagopalan propõe uma atenção maior aos fatores sociais no uso da linguagem. Como observa Leezenberg (2014), os pesquisadores no campo da Linguística e da Filosofia da Linguagem adotam o caráter inerentemente social do uso da língua como mera retórica, isto é, preferem teorizar a linguagem sem considerar o seu contexto social.

É interessante observar que abordagens linguísticas estruturais funcionaram, por muito tempo, como modelo para pesquisas no campo das Ciências Sociais, desse modo, também pode ser bastante produtivo para a Linguística a incorporação de *insights* das Ciências Sociais (LEEZENBERG, 2014). Com relação à Pragmática, a emergência de uma abordagem que integre as contribuições da pesquisa científico-social pode contribuir para a sua consolidação como uma perspectiva epistemológica, ampliando a sua relevância para as Ciências Humanas, como explicam Alencar e Ferreira (2016, p. 618):

Nessa emergência, nos domínios da pragmática, o componente da gramática perde sua força, abrindo portas para a noção de Pragmática como “uma perspectiva” (Verschueren, 1987, 1999a). Essa nova visão radicaliza a noção de uso e de contexto linguísticos, demonstrando que não se podem separar os aspectos ideológicos, sociais e culturais do uso linguístico. Reivindica-se, assim, uma virada crítica na pesquisa pragmática, transformando-a em um trabalho linguístico socialmente relevante (HABERLAND & MEY, 2002: 1672).

Essa nova perspectiva societal da linguagem, de acordo com Rajagopalan (2010), não é apenas metodológica, mas também política em caráter. Uma vez reconhecidos os prováveis ganhos com a emergência de uma nova perspectiva pragmática, cabe, portanto, questionar o que tem dificultado a sua consolidação.

A separação do uso da linguagem dos fatores sociais, segundo Leezenberg (2014), está relacionada à formulação da semântica vericondicional e da teoria de implicatura desenvolvida por Grice, que estabeleceu uma divisão entre semântica e pragmática.

Trata-se de uma divisão de trabalho que, apesar de inúmeras elaborações e críticas, mostra-se extremamente resistente e duradoura. Em sua grande maioria, mesmo os desenvolvimentos teóricos mais recentes não desafiam fundamentalmente os pressupostos metodológicos que associam por um lado a semântica com convenções e regras e, por outro, a pragmática com intenções e estratégias (LEEZENBERG, 2014, p. 44).

Na visão do autor, essa oposição reflete a dicotomia científico-social entre estrutura e agência. Assim, o autor defende a adoção de uma “teoria da prática”, com base em dois argumentos: 1) há espaço para uma noção de prática que é constitutiva da estrutura e da agência; 2) as práticas linguísticas não precisam ser, necessariamente, cooperativas.

Uma abordagem baseada na prática enfatiza que “a ação social (incluindo a comunicação linguística) não é nem completamente intencional e objetiva, nem plenamente redutível a estruturas e regras convencionais.” (LEEZENBERG, 2014, p. 51). O autor considera que Austin e Wittgenstein podem ser considerados percursores da abordagem prática na teoria linguística, porém, ainda é necessário ocorrer uma “virada prática” de forma mais efetiva, que poderia ajudar a explicar as limitações tanto do individualismo metodológico quanto da noção de linguagem como contrato social.

A Nova Pragmática também propõe a incorporação da dimensão do *poder* aos estudos pragmáticos. Blommaert (2014) chama atenção para o fato de que o poder é comumente entendido como algo negativo, o que dá origem a abordagens unilaterais. Por isso, é necessário desenvolver uma abordagem que considere os aspectos positivos e negativos dessa dimensão. “Um efeito favorável disso, que também poderia agradar aos críticos do poder, é o de que seus lados negativos podem se tornar mais compreensíveis, mais penetráveis, se forem contrapostos às suas faces positivas” (BLOMMAERT, 2014, p. 68).

Esse contraste consiste em um exercício da *crítica*, isto é, “uma análise multifacetada munida de aparato conceitual que traz à tona todos os aspectos do poder de maneira equilibrada e coerente” (BLOMMAERT, 2014, p. 68). Desse modo, um dos principais aspectos que diferenciam a Nova Pragmática da abordagem tradicional consiste na adoção de uma postura crítica, que implica abrir mão de ideias que têm restringido o desenvolvimento de estudos linguísticos, a saber, a crença de

que o linguista, por ser um cientista, deve investigar o seu objeto de estudo da mesma forma que qualquer outro cientista. Tal crença sustenta que

[...] não cabe ao lingüista fazer qualquer outra coisa além de descrever a linguagem da melhor forma possível. Qualquer tentativa de inferir no fenômeno estudado, seja no sentido de recomendar certos tipos de comportamento lingüístico em preferência a outros, seja no sentido de influenciar as decisões tomadas na esfera do planejamento lingüístico, deve ser sumariamente rechaçada, segundo a cartilha de conduta que sempre norteou os rumos da Lingüística desde que ela se ergueu como disciplina autônoma, digamos, no início do século XX (RAJAGOPALAN, 2007, p. 15).

Porém, como discute Rajagopalan (2007), a crença na neutralidade científica tem perdido força. A noção de que refletir e teorizar sobre algum fenômeno não consistem em atividades neutras começou a ser popularizada a partir do surgimento da Escola de Frankfurt, na década de 1930. Desse modo, o termo *crítica* nas Ciências Humanas está diretamente relacionado a essa corrente filosófica e corresponde a uma postura epistemológica que se preocupa em considerar as conotações político-ideológicas relacionadas ao fenômeno investigado.

Assim, é possível situar a Nova Pragmática na ciência social crítica (SCHANZER; WHEELER, 2010), uma vez que essa abordagem rejeita a crença na neutralidade e preocupa-se em investigar como relações de poder são estabelecidas e desestabilizadas pela linguagem. Essa perspectiva ainda suscita a inserção de outras dimensões no processo de investigação e leva a novos desdobramentos da teoria.

4 IMPLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DA NOVA PRAGMÁTICA

Além da dimensão do poder, Alencar (2014) defende ainda a incorporação da dimensão cultural, isto é, da compreensão do lugar constitutivo da cultura social, aos estudos pragmáticos. A autora argumenta que, por princípio, o pragmaticista não deve evitar o envolvimento com os praticantes da linguagem, sendo necessário reconhecer os aspectos culturais do seu contexto social para empreender uma análise. Dessa maneira, princípios consolidados, como o da expressabilidade (SEARLE, 1969), necessitam ser revistos, uma vez que, na visão da autora, afastam a situação de fala de quem fala, isto é, impedem a pragmática de “descer ao campo das práticas de linguagem como práticas culturais e de investigar a comunicação em ato” (ALENCAR, 2014, p. 81).

Com relação à metodologia empregada pela Nova Pragmática, pode-se dizer, resumidamente, que ela mescla as propostas de Austin e Wittgenstein e, simultaneamente, incorpora fatores sociais (extralinguísticos), a partir de uma perspectiva crítica da linguagem como prática social. Portanto, essa abordagem não propõe novas categorias e ferramentas analíticas, e sim uma nova perspectiva, que se configura como socialmente engajada e comprometida com a mudança social.

Como exemplo, é possível citar o trabalho de Alencar e Bonfim (2012), que analisa o conceito de violência na prática da “mística”, caracterizada como jogo de linguagem, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do Ceará (MST-CE). A partir da visão de linguagem como forma de vida e da noção de jogo de linguagem desenvolvidas por Wittgenstein, os autores analisam a prática da mística, por meio de canções relacionadas à essa prática, focalizando o conceito de violência (da Sociologia), uma vez que os participantes desse jogo de linguagem constroem sua identidade através de uma “consciência de luta”, que se opõe às injustiças sociais vivenciadas. Em sua análise, Alencar e Bonfim (2012, p. 102) observam que

São frequentes nas canções do MST, como regras do jogo de linguagem de suas Místicas dramatizadas, as narrativas do martírio e das mortes de seus líderes e militantes do movimento. Os confrontos pela terra e a experiência moral de desrespeito, sofridos pelo MST, têm transformado os tópicos comumente evitados por nós, tais como sofrimento, dor e martírio, em motivação para um discurso de resistência, na rede cotidiana das atitudes morais emotivas de suas Místicas.

Essa análise exemplifica como os estudos da Nova Pragmática partem da materialidade linguística (texto) em direção ao contexto social (extralinguístico), onde estão situados os fatores que influenciam e determinam o uso da língua que é realizado pelos participantes. Contudo, é necessário ressaltar que essa abordagem não prevê um método de análise rígido, ou categorias e procedimentos que devem, necessariamente, ser empregados.

Tal maneira de realizar a análise é similar às propostas de outras teorias situadas no campo de estudos críticos da linguagem, como a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001) e a Semiótica Social (VAN LEEUWEN, 2005). Embora essas teorias compartilhem diversos princípios ontológicos, epistemológicos e metodológicos – e a combinação dessas abordagens possa ser realizada em diferentes estudos –, elas não podem ser consideradas idênticas, uma vez que

possuem afiliações e formulações teóricas distintas, podendo ser mais ou menos adequadas para o estudo de um determinado fenômeno.

Outro fator relevante para diferenciar a Nova Pragmática corresponde à sua origem e lugar de desenvolvimento. Trata-se de uma abordagem formulada por um linguista indiano-brasileiro, que atua em uma universidade situada na América do Sul e que propõe o enfrentamento de práticas hegemônicas na Linguística, advindas das instituições que buscam centralizar a produção e a regulação do conhecimento em países considerados desenvolvidos.

Embora recente, a Nova Pragmática pode ser considerada uma abordagem bastante produtiva, que já resultou em diversos estudos e ainda deu origem a outras propostas, como a Pragmática Cultural (ALENCAR, 2014, 2019). Os desdobramentos da nova abordagem pragmática caracterizam-se pelo seu interesse por questões típicas da realidade do sul global² e, portanto, procuram fornecer explicações e promover reflexões com base em formulações desenvolvidas nesse território, em vez de simplesmente importar teorias e aplicá-las de forma mecânica.

Por fim, é importante destacar que o desenvolvimento da Nova Pragmática não se limita a uma análise epistemológica desconstrucionista da obra de Austin,

[...] mas também se desenha em uma formulação epistêmica crítica e propositiva, que transcende as fronteiras delineadas pela Linguística tradicional, alcançando os campos da Política, da Antropologia, da Filosofia, da Sociologia, dos Estudos Pós-coloniais, em prol do fenômeno da linguagem em uso (ALENCAR; FERREIRA, 2016, p. 620).

O comentário de Alencar e Ferreira aponta para o caráter transdisciplinar da Nova Pragmática, isto é, para o seu compromisso com a superação das barreiras que dividem as áreas do conhecimento e que dificultam o diálogo entre pesquisadores. É comum ouvir questionamentos sobre o grau de influência das Ciências Sociais nos estudos críticos da linguagem, entre os quais a Nova Pragmática está situada, o que poderia, na visão de alguns pesquisadores, desassociá-los da Linguística. No entanto, estudiosos desse campo mantêm a sua postura em defesa da transdisciplinaridade, pois consideram-na essencial para

² Nos estudos pós-coloniais/decoloniais, a concepção de sul global corresponde ao “o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte)” (SOUSA SANTOS; MENESES, 2010, p. 19).

explicar os fenômenos da linguagem contemporâneos e para manter a relevância e atualidade de suas pesquisas.

Na visão de Rajagopalan (2003), a única garantia de sobrevivência da Linguística é o desenvolvimento de novas técnicas e práticas que ajudem a intervir diretamente na sociedade e, assim, devolver à área de estudos da linguagem algum grau de relevância social da qual ela tanto carece. Para isso, faz-se necessário retomar e revisar conceitos e formulações teóricas tidas como clássicas, como foi empreendido por Rajagopalan.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A releitura de obras clássicas e de teorias bem consolidadas permite ajustá-las e atualizá-las de acordo com as necessidades e problemas contemporâneos. Por esse motivo, essa tarefa demanda o olhar atento e crítico dos pesquisadores, que não devem se prender a normas e interpretações que engessam teorias e abordagens científicas.

A proposta de Rajagopalan demonstra não apenas a sua originalidade e autenticidade, mas também o seu compromisso com o potencial transformador e emancipatório da teoria à qual se dedica. A Nova Pragmática aproxima a teoria austiniana dos problemas sociais concretos experienciados cotidianamente pelos atores sociais, visto que os toma como seu objeto de estudo e busca, por meio da análise linguística e discursiva, compreendê-los e propor soluções.

A Nova Pragmática corresponde, portanto, a um convite feito aos estudiosos da linguagem a situarem e relacionarem diretamente o seu fazer científico ao contexto social contemporâneo e, assim, engajarem-se com a transformação e a emancipação dos atores sociais. Para isso, não são propostas novas categorias ou ferramentas analíticas, e sim uma nova forma de utilizá-las.

Preocupar-se demasiadamente em manter uma postura neutra e imparcial, tradicionalmente vista como mais “científica”, como discute Rajagopalan (2007), afasta os pesquisadores da sociedade. Portanto, considerar os aspectos culturais, políticos e econômicos que constituem e organizam a sociedade é necessário para realinhar-se às suas necessidades e, por conseguinte, transformá-la.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. N. Pragmática cultural: uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 78-100.
- ALENCAR, C. N. Tudo aqui é poesia?: A pragmática cultural como pesquisa participante com movimentos sociais e coletivos juvenis em territórios de violência urbana. **Interdisciplinar**, v. 31, p. 237-256, 2019.
- ALENCAR, C. N.; BONFIM, M. A. L. A constituição do conceito de violência no jogo de linguagem mística do MST-CE. **Antares**, v. 4, p. 92-107, 2012.
- ALENCAR, C. N.; FERREIRA, D. M. Por uma 'nova pragmática emancipatória'. **Trabalhos em Linguística Aplicada** (UNICAMP), v. 52, p. 271-285, 2013.
- ALENCAR, C. N.; FERREIRA, D. M. Rajagopalan interpretando Austin: descolonialidades na nova pragmática do hemisfério sul. **DELTA**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Online), v. 32, p. 613-632, 2016.
- AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Colin, 2006.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: Some Universals in Language Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GRICE, H. P. **Studies in the way of words**. Boston: Harvard University Press, 1990.
- IVANOVA, I. Les sources de la conception du dialogue chez L. Jakubinskij. **Texto!** diciembre de 2003 [online]. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Inedits/Ivanova_Jakubinskij.html> Acesso em 18 de outubro de 2020.
- IVANOVA, I. O diálogo na linguística soviética dos anos 1920-1930. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 239-267, 2011.
- LEEZENBERG, M. Em torno de uma abordagem prática em pragmática: tragédia grega como conversação impolida. In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 43-66.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MARCONDES, D. Desenvolvimentos recentes na Teoria dos Atos de Fala. **O que nos Faz Pensar**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 25-40, 2003.

MORRIS, C. **Signs, language and behavior**. Nova York: George Baziller, Inc., 1938.

OLIVEIRA, J. A. Pragmática e Comunicação. **Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 53-68, 2010.

PINTO, J. P. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo? **Gênero**, Niterói, v. 3, n. 1, p. 101-110, 2002.

RAJAGOPALAN, K. Entrevista. In: XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (Orgs.). **Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística**. São Paulo: Parábola, 2003, p. 175-182.

RAJAGOPALAN, K. Por uma Linguística Crítica. **Línguas e Letras**, v. 8, n. 14, p. 13-20, 2007.

RAJAGOPALAN, K. **A nova pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola, 2010.

RAJAGOPALAN, K. Da arrogância cartesiana à "nova pragmática". In: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 11-14.

RIESTRA, D. El dialogismo y los géneros de la interacción verbal humana en Jakubinskij y Voloshinov. **Eutomia**, Recife, v. 21, n. 1, p. 1-19, 2018.

SCHANZER, L. M.; WHEELER, C. I. Jürgen Habermas y la problemática de la neutralidad valorativa. ¿es posible una ciencia social crítica? **Papeles de Trabajo**, Rosário, n. 19, p. 1-9, 2010.

SEARLE, J. **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, J. **Expression and meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SILVA, D. N.; ALENCAR, C. N.; FERREIRA, D. M. Uma nova pragmática para antigos problemas. In: SILVA, D. N.; ALENCAR, C. N.; FERREIRA, D. M. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 15-39.

SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. Introdução. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Perdizes, 2010. p. 16-27.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing Social Semiotics**. Nova York: Routledge, 2005.